

CARREIRA

Reitoria insiste no erro: não quer ouvir a comunidade!

Plenária dos Trabalhadores repudia decisão da reitoria e cobra solução

Mesmo com a demonstração generalizada de insatisfação dos trabalhadores a reitoria insiste em piorar o erro e decidiu manter o processo de progressão na carreira.

A decisão foi anunciada na reunião de segunda-feira (4), quando o STU cobrou a suspensão do processo, indicou que o recurso alocado seja aplicado nos pisos salariais e solicitou que o aprimoramento da carreira seja discutido com a categoria e as instâncias representativas da área.

Na plenária dos trabalhadores, realizada pelo STU, terça-feira (5), ficou evidente não só o descontentamento, mas foram apontados erros crassos na carreira da reitoria. Isso se refletiu nos trabalhos das comissões que, sem orientações, agiram em desacordo com as regras estabelecidas, além de criarem critérios que não tiveram acordo em suas unidades.

Houve também comissões que fizeram seu processo de maneira exemplar, mas agora terão seu árduo trabalho perdido por conta de uma carreira implantada a toque de caixa que só desagradou a categoria.

A plenária indicou a organização urgente de seminário para discutir os anseios dos trabalhadores e analisar o modelo de carreira proposto pela Fasubra. O objetivo é construir coletivamente uma proposta que atenda as demandas levantadas pela categoria forçando a reitoria a mudar o atual sistema.

O STU vai receber, ainda que anonimamente, depoimentos que indiquem falhas no processo, falta de



Plenária apontou a necessidade de discussão de uma nova proposta de carreira que seja construída com os trabalhadores com base no modelo defendido pela Fasubra e STU

transparência, critérios dúbios, conflitos de interesse entre outras irregularidades que possam comprometer o processo em curso. A partir desse documento vamos formalizar a reitoria para que tome as devidas providências.

Reitoria admite que cometeu erros

Inexplicavelmente, a reitoria reconheceu todos os problemas apresentados, mas não quer anular a progressão, dizendo que já há expectativas nos funcionários que serão contemplados. Ou seja, sabe que errou e insiste no erro!

Como o STU e centenas de trabalhadores alertaram, repetimos: fomos barrados a participar da construção desse projeto e as instâncias de discussão do tema, como as CSA's e o STU, não foram ouvidas.

Aprimoramento da Carreira

Em reunião com o STU a reitoria reconheceu que as regras precisam ser melhoradas.

Os gestores se mostraram abertos a

construir com o STU e demais setores uma carreira com critérios mais objetivos, que estimule a coletividade no trabalho e reconheça os saberes e competências dos funcionários.

“A minha impressão é que a gente pegou um modelo com erros e tentou resolver e acabamos criando novos erros, que também geraram descontentamentos de outra natureza. Precisamos ver como melhorar para criar uma carreira que dê perspectivas ao funcionário... Vamos discutir o processo, ouvir o modelo do STU e construir uma proposta coletiva”, afirmou o pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto.

Além do pró-reitor participou da discussão o chefe de gabinete da reitoria, José Antonio Rocha Gontijo.

O STU deverá convocar uma assembleia para deliberar sobre os próximos passos que devemos dar, tendo em vista a intransigência da reitoria em admitir seus erros, mas não demonstrar vontade política de corrigi-los ainda neste processo.

Ministro do STF publica decisão sobre o processo de Mudança de Regime

Na última semana, o Ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Celso de Mello, em decisão monocrática, rejeitou os embargos de declaração no Recurso Extraordinário que trata da mudança de regime dos servidores de celetistas para estatutários, ocorrida no ano de 2014.

O processo ainda não chegou ao fim e cabe recurso para o órgão colegiado do STF, ou seja, o pedido está sujeito à apreciação dos demais ministros.

O entendimento até agora manifestado é que a modulação de efeitos (ajuste da decisão para amenizar as consequências do ato entre a sua publicação e a declaração de inconstitucionalidade) apenas poderia ter sido feita pelo Tribunal de Justiça do

Estado de São Paulo.

Diante das diversas situações existentes, o STU continuará acompanhando o desenvolvimento do processo para que, antes do final do processo (trânsito em julgado), todos os trabalhadores possam ter respostas.

Isso porque, até o momento, não estão claras situações como a possibilidade de reversão dos aposentados, o pagamento dos valores de FGTS não recolhidos durante o período, a restituição de contribuições previdenciárias recolhidas acima do teto do INSS, dentre outras.

Entendendo a situação sensível de todos os servidores que efetivaram a mudança de regime, o STU informa que é necessário aguardar o

pronunciamento final do STF.

Amicus curiae

STU e Fasubra participam desse processo como *Amicus curiae*. A expressão denomina “uma organização ou pessoa que não é parte do processo, mas em razão de sua representatividade, pede para ser incluída na ação com objetivo de ampliar o debate”.

Como *Amicus curiae* as entidades puderam apresentar elementos acerca dos impactos econômico, administrativo e social que o processo trouxe à vida pessoal e funcional dos servidores envolvidos, tendo em vista que se reuniram com o ministro Celso de Mello, em Brasília.

Entidades cobram reversão da demissão Funcamp, mas o reitor Knobel insiste em dar “carta branca” para a fundação continuar cometendo arbitrariedades

Em reunião com o STU, ADunicamp, DCE e APG, nesta segunda-feira (4), a reitoria anunciou que o contrato dos 330 funcionários da Funcamp da alimentação poderá ser prorrogado por um ano.

Ainda que seja necessário convocar um novo processo licitatório, que segundo a reitoria deve ocorrer neste período, o adiamento dá um respiro aos trabalhadores, mas não muda o fato da precarização do trabalho continuar aqui dentro.

A terceirização aprofunda as desigualdades ao pagar cerca de um terço ao funcionário Funcamp se comparado com o posto de trabalho direto na Unicamp. E a reitoria faz vista grossa aos problemas: funcionários maltratados pelas chefias, condições desumanas de trabalho, demissões arbitrárias e por aí fora.

Historicamente, o STU sempre defendeu a manutenção dos postos de trabalho dos funcionários Funcamp, mas se coloca contra o fim das terceirizações que só serve à precarização das relações de trabalho.

Reintegração

Em reunião com as entidades a reitoria foi evasiva sobre a reintegração do companheiro Sidney Silva, demitido pela Funcamp após denunciar na Assembleia Universitária as péssimas condições de trabalho no restaurante.

Informou que foi pega de surpresa pela demissão e que buscou a reversão do processo, mas em respeito à autonomia da Funcamp não foi possível.

A demissão arbitrária é de responsabilidade da reitoria sim, porque a Funcamp é um “braço operativo” da Unicamp a serviço da terceirização e do enxugamento do quadro funcional.

O desligamento foi cheio de falhas! O funcionário não pode se defender das acusações levantadas e se houve alguma falta ela deveria ter sido apurada administrativamente antes de se efetuar a demissão sumária.

Mesmo a reitoria se eximindo da culpa, sua falta de gestão na resolução dessa situação reforça a concordância com a perseguição e punição de um companheiro que lutou pelos seus

direitos e dos colegas de trabalho.

Ações em defesa dos trabalhadores

O STU vai discutir com as demais entidades do campus possíveis ações junto aos diretores do Conselho Curador da Funcamp em solidariedade à reversão da demissão e ainda solicitar ao Consu que incluía na pauta todos os desligamentos.

Vamos propor a organização de um Ato Conjunto em Defesa do Emprego e Contra a Terceirização, dia 21/11, em frente ao Bandeirão. E uma paralisação em defesa do Sidney e dos trabalhadores do restaurante, dia 26, data da reunião do Consu.

A reitoria reconhecer que a demissão não foi adequada, não só pelo companheiro ser cipeiro, mas pelo momento histórico pela qual a Unicamp atravessa – que exige unidade de todos os setores da comunidade universitária em defesa da Educação e do Serviço Público –, não basta! Até porque o reitor tem poder de reverter essa demissão estritamente política e arbitrária, mas não quer!

Orçamento 2020

Fórum das Seis encaminha emendas para devolver R\$ 1,2 bi às estaduais paulistas

Prejuízo decorre de renúncia fiscal proposta pelo governo Doria em projeto da LOA para 2020, que deve ultrapassar R\$ 17,4 bilhões

O projeto de lei (PL) 1.112/2019, contendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020, foi enviado pelo governador João Doria à Assembleia Legislativa (Alesp) em 1/10/2019. Além de traduzir em valores (R\$) os índices aprovados para cada setor na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pela casa, a LOA também permite a apresentação de emendas, desde que apontadas as fontes dos recursos.

Levantamento feito pelo Fórum das Seis mostrou que, para 2020, o governo estadual pretende manter e ampliar a política de renúncia fiscal, ou seja, a isenção de impostos para determinadas empresas e setores de atividade econômica. Para o próximo ano, a renúncia prevista é de 11,1%, o que corresponde a um prejuízo de R\$ 17,415 bilhões para os cofres públicos paulistas. É dinheiro que deixa de ser investido em saúde, educação, segurança e outras políticas públicas de interesse da população. Os critérios para a concessão destas isenções são obscuros, assim como os resultados que trariam à sociedade, sempre justificados pela “competição” com outros estados ou apontados genericamente como impulsionadores de mais empregos.

“A renúncia fiscal é criminosa, não há transparência sobre como é decidida e quem tem mais poder de barganha ganha mais isenção. Os recursos são retirados da saúde,



A audiência pública na Alesp, em 23/10. Ao lado, fala Wagner Romão, pela coordenação do Fórum das Seis

da educação, da segurança pública, da habitação, enfim, de todos os setores de políticas públicas, além das universidades paulistas”, denunciou o coordenador do Fórum das Seis, Wagner Romão, durante audiência pública na Alesp no dia 23/10, para debater a LOA 2020, a última de uma série de 19 promovidas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da casa em cidades do interior, entre os dias 2/9 e 23/10/2019.

“O ressarcimento às universidades dos prejuízos causados pela renúncia fiscal poderia atenuar a crise de financiamento que estas instituições atravessam”, destaca o coordenador do Fórum, referindo-se às dificuldades financeiras geradas pela política de expansão de vagas sem recursos perenes, às manobras na base de cálculo do ICMS (o governo retira indevidamente algumas alíneas antes do repasse às universidades) e à crescente insuficiência financeira (diferença entre o que elas arrecadam de contribuições previdenciárias e o que efetivamente pagam de aposentadorias e pensões, que deveria ser coberta pelo governo, de acordo com a lei de criação da SPPREV, a LC 1.010/2007).

O quanto as universidades deixarão de receber em 2020 por conta da RENÚNCIA FISCAL



UNESP:
R\$ 306,24 milhões

UNICAMP:
R\$ 286,78 milhões

USP:
R\$ 656,90 milhões



O prejuízo das universidades em 2020

Devido à renúncia fiscal prevista (R\$ 17,415 bi), as universidades estaduais paulistas deixarão de receber R\$ 1,248 bi no ano que vem.

A conta é a seguinte: Unesp, Unicamp e USP recebem 9,57% da quota-parte do estado na arrecadação total do ICMS, que é de 75%; os outros 25% vão para os municípios. Portanto, o estado deixará de arrecadar R\$ 13,061 bi por conta da renúncia fiscal em 2020 (75% do total). Se calcularmos 9,57% sobre esse valor, chegamos ao prejuízo de R\$ 1,248 bi para as universidades, assim distribuídos, de acordo com o percentual que cada uma recebe:

USP: 0,050295 X 13,061 bilhões = R\$ 656,90 milhões

Unesp: 0,023447 X 13,061 bilhões = R\$ 306,24 milhões

Unicamp: 0,021958 X 13,061 bilhões = R\$ 286,78 milhões

Fórum apresentou emendas para universidades e Ceeteps

O Fórum das Seis enviou seu estudo a todos/as os/as deputados/as estaduais, de todos os partidos, solicitando que apresentassem emendas à LOA 2020, prevendo a compensação às universidades pela renúncia fiscal praticada pelo governo. As bancadas do PT e do PSOL atenderam ao pedido e protocolaram emendas com este teor.

Ambas as bancadas apresentaram outras propostas de emendas, solicitando mais recursos para itens específicos,

como os hospitais universitários (da USP e da Unicamp), construção e reforma de blocos de moradia estudantil (*campi* da Unesp em Presidente Prudente e Franca), entre outras.

O Fórum das Seis está fazendo um levantamento de todas as emendas à LOA 2020 que estejam relacionadas às universidades para divulgar junto à comunidade.

Emendas para o Centro Paula Souza

Também há emendas solicitando mais recursos para as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) do Centro Paula Souza (Ceeteps). Há emendas específicas que pleiteiam recursos para a concessão de reajuste salarial e a implantação de um plano de saúde para os trabalhadores do Ceeteps.

Como tramita a LOA 2020

No dia 1/11, o projeto de LOA 2020 enviado pelo Executivo deu entrada na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp. Caberá à Comissão elaborar um relatório, contemplando as emendas que julgar pertinentes, e enviá-lo para votação final em plenário, o que precisa acontecer ainda este ano.

O Fórum das Seis acompanha o processo e vem conversando com o maior número possível de deputados, explicando a importância das emendas que pedem mais recursos para as universidades e o Centro Paula Souza.

**Campanha
do Fórum
das Seis
para as
redes sociais
sobre a
renúncia
fiscal**

RENÚNCIA FISCAL É O GRANDE PROBLEMA DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. A PROPOSTA PARA A LEI ANUAL ORÇAMENTÁRIA (LOA) DE 2020 PREVÊ QUE O ESTADO DEIXARÁ DE ARRECADAR O TOTAL DE:

**R\$ 17,4
BILHÕES**

FORUM das seis

COMO REDUZIR A CRISE DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES? DESTINAR UMA PARCELA DA RENÚNCIA FISCAL, PRATICADA PELO ESTADO, SERIA UMA SOLUÇÃO!

**R\$ 1,2
BILHÃO**

SERÁ O VALOR REPASSADO ÀS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS, CASO A PROPOSTA DO FÓRUM DAS SEIS SEJA INCLUÍDA NA LOA 2020

FORUM das seis

A RENÚNCIA FISCAL PROPOSTA PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA 2020, PREVÊ QUE A UNESP DEIXARÁ DE RECEBER UM TOTAL DE

**R\$ 306,2
MILHÕES**

FORUM das seis

VOCÊ SABE QUANTO A UNICAMP DEIXARÁ DE RECEBER POR CAUSA DA RENÚNCIA FISCAL PROPOSTA PELO GOVERNO DE SÃO PAULO PARA 2020?

**R\$ 286,7
MILHÕES**

FORUM das seis

COM A RENÚNCIA FISCAL PROPOSTA PELO GOVERNO DE SÃO PAULO PARA 2020, A USP NÃO RECEBERÁ UM TOTAL DE

**R\$ 656,9
MILHÕES**

FORUM das seis